



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

MAYARA DA SILVA ZECA

**FORMAÇÃO DE PROFESSOR: OS CAMINHOS DA INCLUSÃO FACE O
APRENDIZ COM DEFICIÊNCIA.**

CAMPINA GRANDE – PB

2016

MAYARA DA SILVA ZECA

**FORMAÇÃO DE PROFESSOR: OS CAMINHOS DA INCLUSÃO FACE O
APRENDIZ COM DEFICIÊNCIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção do grau de Licenciado do Curso de Licenciatura plena em Pedagogia.

Orientador(a): Prof^ª. Esp. Jucilene Braz da Costa

CAMPINA GRANDE – PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Z42f Zeca, Mayara da Silva
Formação de professor [manuscrito] : os caminhos da inclusão
face o aprendiz com deficiência / Mayara da Silva Zeca. - 2016.
23 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Jucilene Braz da Costa,
Departamento de Educação".

1. Educação especial 2. Inclusão escolar 3. Formação de
professores I. Título.

21. ed. CDD 371.9

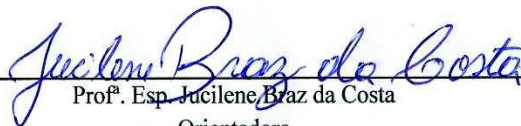
MAYARA DA SILVA ZECA

**FORMAÇÃO DE PROFESSOR: OS CAMINHOS DA INCLUSÃO FACE
O APRENDIZ COM DEFICIÊNCIA.**

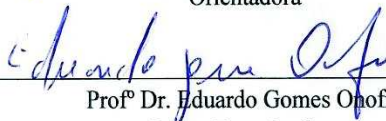
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, em cumprimento a exigência
para obtenção do grau de Licenciado do Curso de
Licenciatura plena em Pedagogia.

Aprovado em: 20/10/2016

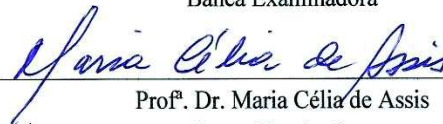
BANCA EXAMINADORA



Prof. Esp. Jucilene Braz da Costa
Orientadora



Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre
Banca Examinadora



Prof. Dr. Maria Célia de Assis
Banca Examinadora

Dedico este trabalho a todos os alunos que tem algum tipo de deficiência ou necessidades educacionais especiais. E a todos que contribuíram direta ou indiretamente em minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por sempre estar ao meu lado me guiando no decorrer da minha jornada. Em seguida aos meus pais, Arlindo e Isaura, pelo amor, incentivo e apoio incondicional. Obrigado por tudo! Amo vocês!

Ao meu esposo, Pedro Marconi que foi muito paciente comigo, me ajudou bastante nessa caminhada e não me deixou desistir. Te Amo!

À minha irmã, Iara e meu cunhado Virgílio, por sempre estarem unidos e presentes na minha vida.

À minha querida Orientadora Jucilene Braz, que me ajudou muito na construção desse trabalho, sempre paciente e dedicada.

Às minhas amigas do Curso, obrigada pela parceria e disponibilidade de me ajudar sempre que precisei.

Aos Professores Drs. Eduardo Onofre e Maria Célia por fazerem parte da minha banca examinadora.

À todas as pessoas que contribuíram na minha trajetória. Meu muito Obrigado!

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre a necessidade de uma formação de professor voltada para a inclusão de alunos deficientes e com necessidades educacionais especiais. Este trabalho tem como objetivo analisar a formação do professor de Magistério(Normal) em relação a educação inclusiva. A presente pesquisa foi de cunho qualitativo e utilizamos como instrumento metodológico uma entrevista semi-estruturada com cinco alunas concluintes do Magistério da Escola Normal Estadual Pe. Emídio Viana Correia localizada em Campina Grande –PB. As entrevistas foram aplicadas em junho de 2016. Analisamos as informações coletadas e percebemos que os alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais estão cada vez mais inseridos na escola regular, por sua vez destacamos que os professores não estão capacitados para educação inclusiva, ainda passam por dificuldades, mesmo tendo buscando meios para tentar adequar suas práticas pedagógicas. Por fim, concluímos que ainda falta muita coisa para a inclusão ser válida, são necessários professores com formação profissional adequada, espaço físico da escola adaptado, recursos pedagógicos, participação da família, para assim ter uma educação de qualidade para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Formação de Professores. Deficiência.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1.0 REFERENCIAL TEÓRICO	08
1.1 Breve Histórico da Educação Especial no Brasil	08
1.2 O Professor nos Caminhos de uma Educação Inclusiva	11
2.0 PERCURSO METODOLÓGICO	13
2.1 Tipo da Pesquisa	13
2.2 Fundamentos Metodológicos	13
2.3 Participantes da Pesquisa	13
2.4 Cenário da Pesquisa	13
2.5 Análise dos Dados	14
3.0 APRESENTAÇÃO E DISCURSSÃO DOS RESULTADOS.....	14
3.1 Dados Profissionais dos Participantes da Pesquisa	14
3.2 O Conceito sobre Educação Inclusiva	15
3.3 As dificuldades de trabalhar com crianças deficientes em sala de aula	16
3.4 Participação em algum educação curso de formação de educadores voltado para inclusiva	17
3.5 Recomendações dos entrevistados para melhor trabalho com os alunos deficientes	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
REFERÊNCIAS	21
APÊNDICE	23

INTRODUÇÃO

O presente artigo surgiu a partir de questionamentos da pesquisadora, nas aulas de estágio do curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, ao observar que os alunos com necessidades educacionais especiais no decorrer das aulas de estágio não se incluíam na metodologia utilizada pela professora da sala de aula.

Atualmente a educação inclusiva é um grande desafio para as escolas, tendo como foco uma educação de qualidade para todos, ressaltando o respeito à diversidade dos alunos. Nota-se a importância da preparação dos membros da escola em especial o professor para o atendimento das necessidades educacionais dos alunos com ou sem deficiência.

A deficiência é considerada toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desenvolvimento de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

De acordo com Diniz (2007), deficiência é um conceito complexo que reconhece, corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente.

Por essas características, percebemos o quanto é difícil para a escola, a família e a todos em sua volta, interagir com a pessoa com deficiência. Assim, é necessário que se tenha uma formação adequada e significativa, para que o aluno consiga ter um bom desenvolvimento na vida escolar e social.

Diante do exposto indagamos: o professor recebe alguma formação para educação inclusiva durante sua formação?

Objetivamos no estudo em questão, analisar a formação do Professor de Magistério com relação à inclusão de aprendizes com deficiência e necessidades educacionais especiais. Ao longo do presente trabalho, abordamos no referencial teórico um breve histórico da educação especial no Brasil e o professor nos caminhos de uma educação inclusiva, pontuando alguns teóricos e suas ideias, em seguida o percurso metodológico, a discussão dos resultados obtidos através dos dados, coletados na entrevista a respeito da formação de professores diante os alunos com deficiências em sala de aula. Por fim, trazemos as considerações finais acerca da pesquisa, descrevendo o pensamento que pudemos construir a cerca do tema debatido, a partir da pesquisa realizada.

Espera-se que esse trabalho, aponte alguns enfoques que venham a contribuir com a comunidade acadêmica dos cursos de pedagogia e Normal, mostrando a importância de se ter

uma formação de professores adequada, para melhor desenvolvimento de suas práticas pedagógicas na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

1.0 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Breve Histórico da Educação Especial no Brasil.

O Marco da Educação Especial no Brasil foi registrado em 1854 no período do Império 1822-1889. Nessa época foi criado o Instituto Imperial dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro. A escola passou a se chamar em 1891 de Instituto Benjamin Constant – IBC.

Em 1857, foi criado o Instituto dos Surdos-Mudos, passando a se chamar em 1957 de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

Ainda no período imperial em 1874, iniciou-se o tratamento de pessoas com deficiência mental no hospital psiquiátrico da Bahia, hoje chamado Hospital Juliano Moreira.

A criação dessas primeiras instituições especializadas (...) não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguiam, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergentes. Os que não o eram assim a “olho nu” estariam, incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada (JANNUZZI, 1985, p. 28).

Em seguida, da proclamação da República 1889 a Deficiência Mental recebe maior foco nas políticas públicas, pois esperavam que esta deficiência, pudesse provocar um problema de saúde -uma vez que era vista como problema orgânico e a incluíam com a criminalidade, além de atemorizar pelo fracasso escolar. Em 1930 surgiram inúmeras instituições para cuidar da deficiência mental, um número bem maior ao das instituições direcionadas para as outras deficiências.

Conforme esclarece Jannuzzi (2004, p. 34):

A partir de 1930, a sociedade civil começa a se organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência: a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações visando à peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular, outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas, há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e outros de reabilitação.

O aparecimento das primeiras entidades privadas marca mais um fator principal na história de nosso país: a filantropia e o assistencialismo. Estes dois fatores colocam as

instituições privadas em evidência no decorrer da história da educação especial brasileira, uma vez que o número de atendimentos realizados por elas era muito superior ao realizado pelas públicas, e, desse modo tinham certo poder no momento de tratar as políticas públicas junto a instancias governamentais.

O assistencialismo é uma fase no qual se julgava necessário proteger os jovens com deficiência do mundo, colocando-os em instituições privadas. O apoio era prestado em sala específico, de modo a não causar qualquer perturbação na sala regular.

A Constituição de 1988, em seu Art. 205, aborda a educação como direito de todos e dever do Estado e da Família, incentivada com a colaboração da sociedade, visando assim o desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No Inciso III do Art. 208 da Constituição Federal (1988),

“O dever do Estado com educação será efetivado mediante a garantia de:[...] III- Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1988, p.43).

No ano de 1989 foi criada a Lei N° 7.853 que institui a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dispõe sobre o apoio as pessoas com deficiência , sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069). No Art. 53. assegura todos o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado , preferencialmente na rede regular de ensino.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (Lei N° 9.394/96), no Art. 59. assegura os educandos com necessidades especiais:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as suas necessidades;
- II- terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível atingido para a conclusão, do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III- professores em especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) determina e ajusta a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição.

Em 1999, o Decreto Nº3.928 regulamenta a Lei nº 7.853 que trata sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal, aos demais níveis e modalidades de ensino, desse modo é compulsório a matrícula em cursos regulares em escolas públicas e particulares com pessoas com deficiência.

No ano de 2000 duas Leis estabelecem normas e critérios para a promoção de acessibilidade às pessoas com deficiências ou com mobilidade reduzida. A Lei nº 10.048 estabelece a prioridade de atendimento as pessoas com deficiência e determina que os veículos de transporte coletivo a serem produzidos deverão ser planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas com deficiência. A Lei nº 10.098 institui normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida mediante a eliminação de barreiras e obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Em 2001, o Plano Nacional de Educação menciona “[...] Uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, uma condição para que as pessoas especiais sejam assegurados seus direitos a educação.” (BRASIL, 2001, p. 126).

Desse modo, o Plano Nacional de Educação (2001) garante o acesso e aprendizagem significativa a todos os alunos. No mesmo ano (2001) as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, defende a necessidade de que todos os alunos possam aprender juntos em uma escola de qualidade.

Em 2004 o Decreto nº 5296 de 02 de dezembro regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 “[...] estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.” (BRASIL, 2010, p.14).

Com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, os sistemas educacionais passam a repensar a organização de escolas e classes especiais, mudando estruturalmente e culturalmente a escola para que todos estudantes tenham suas especificidades atendidas. O Decreto nº 6.571/2008 dispõe sobre Atendimento Educacional Especializado(AEE) complementar ao ensino regular para os alunos público alvo da educação especial.

Em 2011 o Decreto nº 7.611/2011, além de dispor a educação especial, o atendimento especializado, oferece outras providências para melhor bem estar dos alunos especiais. Como também, o Plano Nacional do Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver

sem Limites, Decreto nº 7.612/2011, tendo como objetivo implementar novas iniciativas e intensificar ações que estão atualmente sendo desenvolvidas pelo governo em benefício das pessoas com deficiência.

1.2 O PROFESSOR NOS CAMINHOS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Profissional de Educação, em sala de aula, precisa está preparado para receber o aluno com necessidades especiais para que a inclusão seja realmente válida, pois a cada ano aumenta o número de crianças com necessidades educacionais especiais e com eles o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos.

De acordo com Mittler (2003,p. 25):

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

A inclusão tem como objetivo garantir o acesso e a participação de todos em todas as possibilidades e oportunidades oferecidas pela escola e impedir a segregação e o isolamento. “[...] Implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula”. (MITTLER, 2003, p.34).

Dessa forma, a inclusão é um processo que vai além de inserir o aluno com necessidade especial em sala de aula, sendo de fundamental importância à preocupação com seu aprendizado, analisando o cotidiano escolar do aluno, avaliando o seu grau de envolvimento com outros alunos e observando o nível de sua aprendizagem para que se tenha uma organização pedagógica prévia. Colaborando com a afirmação supracitada Mantoan acrescenta: “Se o que pretendemos é uma escola inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para cidadania global, plena, livre de preconceitos que reconheça e valorize as diferenças”. (MANTOAN, 2006, p. 16)

Atualmente, sabemos que as escolas incluem todos os alunos, mais não se dão conta que para existir a inclusão é necessário várias mudanças no âmbito escolar. O ambiente não é adequado de acordo com a necessidade de cada aluno, os profissionais não tem uma formação adequada para se trabalhar com essas crianças, deixando assim, a desejar.

Estamos enfrentando, nos últimos anos, um dos maiores desafios para a comunidade educativa, que é o de conseguir que os alunos- independentemente de suas diferenças, sejam elas de ordem social, econômica, cultural, familiar ou

referentes a qualquer alteração sensorial, cognitiva ou física- tenham acesso a uma educação de qualidade. (BARBOSA, 2006, p.16)

Acha vista que para incluir o aluno em sala de aula não significa apenas que o mesmo esteja inserido, mas que a instituição escolar ofereça o suporte para o aluno desenvolver suas potencialidades.

Nas especificidades da comunidade escolar o Professor é de fundamental importância para melhor desenvolvimento e aprendizagem do aluno, é ele que está cotidianamente com o aluno analisando seus avanços e dificuldades, dando o melhor para contribuir com a formação dos mesmos.

Entretanto, o professor sente-se despreparado para trabalhar com alunos de necessidades educacionais especiais, devido à formação inicial oferecidas no currículo dos cursos de Licenciatura, que pouco abordam sobre educação inclusiva e conhecimentos acerca das necessidades educacionais especiais dos alunos. Fonseca (1995) acredita que é necessário preparar todos os professores, com urgência, para se obter sucesso na inclusão, por meio de um processo de inserção progressiva. Desse modo, o professor precisa sentir-se seguro com a sua prática pedagógica, buscando sempre aprimorar o ensino oferecido para que se tenha uma aprendizagem significativa.

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel-chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adotada uma formação inicial não categorizada, abarcando todos os tipos de deficiência, antes de se enveredar por uma formação especializada numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 28).

Na Declaração de Salamanca em 1994, na cidade de Salamanca (Espanha), documento a qual foi criado para que toda criança tenha direito à educação como o meio de conseguir um nível apropriado de desenvolvimento, independente das suas diferenças. Vale salientar, que o foco é a necessidade da inclusão educacional dos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Apesar das leis existentes para melhor qualificação dos professores a realidade ainda é outra nos cursos de formação docente, não se tem um currículo adequado para melhor orientação sobre as deficiências, procedimentos pedagógicos, adaptações de conteúdo frente à inclusão.

2.0 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 Tipo da Pesquisa

Optamos por fazer uma pesquisa do tipo qualitativa, nos proporcionando compreender e interpretar as opiniões e as expectativas dos indivíduos. Segundo Malheiros: “a coleta de dados qualitativos é um processo que exige muito rigor do pesquisador, porque a observação do fenômeno está certamente empregada pela história pessoal daquele que observa.” (2011, p.188).

Nesse tipo de pesquisa, sabemos que o pesquisador é o instrumento de coleta de dados. Lembrando que esse modelo de pesquisa, permite que o indivíduo expresse livremente sobre o assunto em questão, não tendo como apresentar um resultado preciso dos dados e sim resultados que permita chegar o mais perto possível a um melhor entendimento da pesquisa realizada. Portanto de acordo com Malheiros “o trabalho qualitativo exige métodos rigorosos, que sejam capazes de explicitar que o investigador chegou mais perto possível do fenômeno, portanto, suas conclusões não se dão na base de suas crenças individuais”. (2011, p. 189).

2.2 Fundamentos Metodológicos

A pesquisa foi realizada por meio de instrumentos de entrevista semi-estururadas (apêndice), para melhor liberdade do entrevistado e eficácia da coleta de dados com objetivo de clareza para pesquisa.

2.3 Participantes da Pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa proposta, entrevistamos cinco alunos concluintes do ensino médio modalidade normal (Magistério), da Escola Normal Estadual Pe. Emídio Viana Correia, que já tiveram ou tem oportunidade de lecionar alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais.

2.4 Cenário da Pesquisa

Realizamos a pesquisa, na Escola Normal Estadual Pe. Emídio Viana Correia, bairro catolé em Campina Grande –PB, onde a mesma oferece curso de formação de professores.

2.5 Análise dos dados

Para chegar ao resultado da pesquisa, foram observados e analisados os dados coletados através de entrevistas realizadas.

A reflexão e a clareza dos dados coletados, levou a interpretação significativa para assim chegar ao objetivo de nossa pesquisa.

3.0 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Dados Profissionais dos Participantes da Pesquisa

Participaram da pesquisa cinco alunas do 4º ano, concluintes do Magistério – formação de professores, uma aluna leciona em sala que tem aluno com deficiência e as quatro passaram por experiência com alunos deficientes no estágio obrigatório do curso em formação.

As alunas foram chamadas de Professoras A, B, C, D e E. A professora A, leciona há três anos, em sua sala (Maternal II) tem um aluno autista. A Professora B leciona há quatro anos, em sua sala (Maternal II), mas não tem nenhum aluno com deficiência na sala, teve uma experiência com um aluno paraplégico no estágio. A professora C, passou por uma experiência de aluno com déficit de atenção e hiperatividade. A professora D, teve experiência com um aluno autista e a professora E, teve experiência com um aluno deficiente visual.

A fim de conseguirmos alcançar um entendimento para nossa pesquisa, buscamos analisar algumas respostas dadas pelas professoras, em relação a formação do professor para inclusão de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, desta forma gerando algumas categorias:

- O conceito sobre Educação Inclusiva;
- As dificuldades de trabalhar com crianças deficientes em sala de aula;
- Participação em algum curso de formação de educadores voltado para educação inclusiva;
- Recomendações dos entrevistados para melhor trabalho com os alunos deficientes;

3.2 O Conceito sobre Educação Inclusiva

Nesta categoria iremos citar para discussão a fala das professoras, quando elas foram questionadas sobre o entendimento da educação inclusiva.

Educação Inclusiva é a educação que inclui o aluno especial em seu planos de aula e atividades sem excluí-lo. (Professora A)

É uma educação que não exclui ninguém, que ao contrário acolhi todos e os trata igualmente, lembrando que se tem um pouco a mais de cuidado e atenção quando o aluno tem alguma deficiência. (Professora B)

É uma forma de incluir na educação, alunos com certas dificuldades de aprendizagem, déficit de atenção e hiperatividade e entre outras que são consideradas especiais. (Professora C)

É aquela educação que começa em casa com nossa família, esquecendo os preconceitos e buscando o respeito e amor ao próximo. (Professora D)

A educação inclusiva é quando todos os alunos são integrados na comunidade escolar, independente de qualquer diferença. (Professora E)

Foi observado que as professoras A e C apresentam concepções um pouco confusas sobre o conceito da educação inclusiva, pois sabemos que a educação inclusiva engloba todas as pessoas, independente de suas diferenças e não apenas inclui pessoas com deficiência.

A escola para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas, intelectuais, linguísticas, entre outras. Ela deve ter como principio básico desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporárias ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas os alunos que apresentam algum tipo de deficiência. (FIGUEIREDO, 2008, p.143)

As demais professoras, B, D e E, tem um certo entendimento, sobre educação inclusiva, destacando uma educação voltada para todos, que respeite todas as diferenças, dando oportunidade a todos. Lembrando que elas falaram apenas de incluir os alunos, mais não falaram que é necessário uma prática pedagógica que seja adaptável a esses alunos, e ter um ambiente que seja favorável a inclusão para acolher a todos. Ressaltando a Professora D, quando ela fala que os aspectos de inclusão estão relacionados a educação familiar, e isto é bem verdade, pois à sociedade é um reflexo da família, se a família é inclusiva conseqüentemente teremos uma sociedade inclusiva.

3.3 As dificuldades de trabalhar com crianças deficientes em sala de aula.

Conforme o relato das professoras nessa categoria, todas falaram que tem dificuldades de trabalhar com crianças deficientes em sala de aula. Sendo que as Professoras D e E mostraram-se mais interessadas em tentar fazer o melhor para esses alunos.

No começo do estágio me senti insegura para trabalhar com uma criança autista, mais aos poucos fui conhecendo a criança e me adaptando a sua realidade, procurando procedimentos que auxiliasse no avanço de sua aprendizagem. (Professora D)

Achei uma experiência maravilhosa, apesar de ter passado por dificuldades ao trabalhar com um deficiente visual, por não ter uma formação adequada, tentei fazer o melhor para que ele não sentisse excluído. Essa experiência me fez entender como é importante conviver com essas pessoas. (Professora E).

Percebemos que as duas professoras, preocuparam-se em ajudar os alunos com deficiência, mesmo sem ter uma formação adequada para lidar com eles. Segundo Stainback,(2008, p. 336):

Deve ficar claro que bons mediadores de classe são fruto de aprendizagem, eles não nascem bons. Sempre há aqueles poucos professores que são mediadores naturais, que tiveram muita pouca capacitação formal, e que simplesmente parecem saber o que fazer na maioria ou em todas as situações problemáticas. Entretanto, a maioria dos professores, precisam de uma capacitação adequada para um bom manejo das aulas.

Desse modo, sabemos que o despreparo do professor é um fator que dificulta bastante o trabalho com esses alunos, mas não significa dizer que é um fator determinante para que não exista a inclusão na escola.

As professoras A, B e C, não se mostraram interessadas em tentar realizar um trabalho significativo para os alunos.

Senti muita dificuldade, e principalmente porque no começo do ano não tinha recebido o laudo da criança, ficando complicado lidar com ela. (Professora A)

Tive dificuldade, pois como ela era paraplégica e também não tinha muita força nas mãos, foi difícil desenvolver uma atividade que usava a coordenação motora, requer muito tempo e habilidade para desenvolver algum trabalho com ela. (Professora B)

Passei por dificuldades, pois nós que fazemos parte do corpo docente hoje em dia, não temos qualificações necessárias para trabalhar com a Educação Inclusiva e sua abrangência. (Professora C)

Apesar das dificuldades é necessário que o professor busque oportunidades de aprendizagens, desenvolva atividades pedagógicas que se adaptem as necessidades dos alunos. De acordo com Gadotti (1994, p. 03) “o projeto da escola depende, sobretudo da ousadia dos seus agentes”. Desse modo, o professor deve está em constante evolução, refletindo, inovando, aperfeiçoando sua prática pedagógica para conseguir desenvolver um bom trabalho em sala de aula.

3.4 Participação em algum curso de formação de educadores voltado para educação inclusiva.

Essa categoria foi realizada para que pudéssemos avaliar se as professoras entrevistadas receberam alguma formação em relação à educação inclusiva. Duas Professoras afirmaram que tiveram uma participação no curso voltado para educação inclusiva, três professoras não consideraram uma formação e uma professora não soube explicar se tinha participado de um curso ou apenas uma palestra.

Sim, Participei de uma palestra e em seguida realizei o estágio obrigatório no instituto dos cegos. (Professora A)

Não sei se é considerado um curso, mais participei de uma palestra no instituto dos cegos e fiz o estágio no mesmo. Aprendi muito com as professoras que ministram aulas lá. (Professora B)

Não, fiz só o estágio no instituto dos cegos. (Professora C)

Não, tive oportunidade de fazer um estágio com deficientes visuais no instituto dos cegos, onde aprendi muito com os professores que lá ensinam. (Professora D)

Sim, recebi algumas instruções no instituto dos cegos durante o estágio. (Professora E)

Portanto, observamos que as Professoras B, C e D não consideraram ter participado de um curso de formação de educadores voltado para educação inclusiva, visto que as mesmas falaram ter participado apenas de uma palestra e recebido algumas orientações do trabalho com deficientes visuais. Lembrando que as professoras B e D aprenderam muito com as professoras do instituto dos cegos.

Correia (2008, P. 28), destaca que:

[...] os educadores, os professores e os auxiliares d acção educativa, necessitam de formação específica que lhes permita perceber minimamente as problemáticas

que seus alunos apresentam, que tipo de estratégia devem ser consideradas para lhes dar resposta e que papel devem desempenhar as novas tecnologias nesse contexto.

Desta forma, é necessário que o docente esteja preparado para atuar com a diversidade do alunado, juntamente com todos os profissionais que fazem parte da comunidade escolar.

Infelizmente, constatamos que a falta de formação do professor é um fato real, que precisa ser melhorado para se ter uma educação de qualidade para todos.

As professoras A e E afirmaram ter participado do curso de formação de educadores voltado para educação inclusiva, nesse caso, as professoras compreenderam que qualquer que seja o curso ou evento que trate de pessoas com necessidades educacionais especiais é de grande valia para sua formação frente à educação inclusiva.

3.5 Recomendações dos entrevistados para melhor trabalho com os alunos deficientes.

Essa última categoria, é uma das mais importantes, pois queremos analisar as sugestões para que de fato melhore o ensino-aprendizagem dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais.

Vejamos as seguintes recomendações:

O professor deve fazer uma especialização voltada para educação de pessoas deficientes. Pois conhecer a deficiência do seu aluno será fundamental para o desenvolvimento do mesmo e crescimento para o professor. (Professora A)

É necessário que professor dê mais atenção aos alunos com deficiência, incluindo não só na sala de aula e sim em sua prática pedagógica, fazendo com que todos tenham uma educação de qualidade. (Professora B)

Recomendo que se tenha uma melhor qualificação para os docentes, com programas de auxílio à Educação Inclusiva para subsidiar em seu ensino. (Professora C)

Eu acho que tem que haver uma melhor preparação dos profissionais de educação, para que exista uma aprendizagem significativa na educação inclusiva. (Professora D)

É necessário que o professor tenha uma formação adequada e que a escola também esteja preparada para receber estes alunos. (Professora E)

As professoras mostram-se preocupadas com a qualificação dos docentes em relação à inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais, pois é um dos principais problemas enfrentados nas instituições de ensino.

Dentro da comunidade escolar o desconhecimento e o despreparo dos profissionais quanto às necessidades educacionais especiais do aluno, favorece e acentua os preconceitos, mitos, tabus e rejeição a este aluno. A escola também socializa os alunos não somente através daquilo que ensina no currículo explícito, mas muito no que é transmitido no currículo oculto. (RODRIGUES, 2013, p.16)

Mesmo que os professores passem por alguma discussão sobre a inclusão durante seu período acadêmico, eles não se sentem aptos para trabalhar com a diversidade. Assim como, muitas escolas ainda não estão organizadas para receber esses alunos com necessidades educacionais especiais. Os profissionais reclamam das salas lotadas, falta de materiais didáticos, recursos tecnológicos, espaço para recreação reduzido, enfim, é uma série de fatores que dificultam a inclusão nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi enfatizado durante esse trabalho, consideramos a importância da capacitação dos professores e profissionais de educação com relação à educação inclusiva para que se tenha uma educação de qualidade para todos.

Porém, para oferecer uma educação de qualidade, voltada para todos e inclusive para os que apresentam necessidades educacionais especiais, é necessário capacitar os professores, adaptar o espaço físico da escola, apresentar recursos pedagógicos, e manter a interação da família na escola para a inclusão proporcionar um verdadeiro significado.

Percebemos que as professoras entrevistadas destacam que o maior desafio da educação inclusiva é a falta de formação adequada. Mesmo sabendo que tem professores que tentam adaptar sua metodologia, utilizar ferramentas e práticas pedagógicas que são necessárias para inclusão.

Infelizmente, confirmou-se que o professor não recebe formação voltada para educação inclusiva, tendo vista leis que asseguram formação especializada para educandos com necessidades educacionais especiais e com deficiência.

Desse modo, nós professores devemos buscar capacitações, aprofundar nos estudos relacionados ao tema, refletir, atualizar os conhecimentos, aperfeiçoar as práticas pedagógicas a fim de responder as necessidades de todos os alunos.

Assim, espera-se que esse trabalho tenha evidenciado dados referentes a complexidade do tema inclusão, para servir de suporte no desenvolvimento das competências necessárias à educação de qualidade para todos.

ABSTRACT

This paper presents reflection about the need of teacher training turned to inclusion of students with educational disabilities. This work has the purpose to analyze teacher training in relation to inclusive education. This research used the qualitative method and the methodological tool used was a semi-structured interview with five graduating students of Escola Normal Estadual Pe. Emídio Viana Correia located in Campina Grande - PB. The interviews were conducted in June 2016. We analyze the collected information and realized that students with disabilities and educational needs are increasingly inserted in regular school, on the other hand, we emphasize that teachers are not prepared to inclusive education, and still faces difficulties, even though, they searched for methods to adapt his practical pedagogical. Lastly, we concluded that there is still a lack of things to inclusion be suitable, there are necessary teachers trained, adapted physical space of school, pedagogical resources, family participation, in order to obtain a quality education for all.

KEYWORDS: Inclusion. Teacher training. Disability.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988, p. 43.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

_____. Resolução nº 2, de 11 de fevereiro de 2001, institui as **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/resolucaoecne.pdf> . Acesso em: 13 Julho de 2016.

_____. Plano Nacional da Educação. Comissão de Educação. Brasília, DF:Senado Federal, UNESCO, 2001.

CORREIA, L. M. *Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2008, p.28.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**, 1994, Salamanca-Espanha, p.28.

DINIZ, Debora. 2007. **O que é deficiência**. São Paulo: Editora Brasiliense.

FIGUEIREDO, R, V. A formação de professores para inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, M, T, E. (Org.) **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis –RJ: Vozes, 2008, p.143.

FONSECA, V. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

GADOTTI, Moacir. O Projeto Político –Pedagógico da Escola: na perspectiva de uma educação para cidadania. Brasília.1994.

JANNUZZI, Gilberta. A luta pela educação do “deficiente mental” no Brasil. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985, p.28.

JANNUZZI, Gilberta. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados,2004, p. 34.

_____, **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília, DF, 1996.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da pesquisa em Educação**. 2º Ed. Rio de Janeiro: LTC. 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. *Inclusão Escolar: O que é? Por que? E Como fazer?* . Ed . Moderna, São Paulo, 2006, p.16.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Tradução Windys Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003, pp.25-34.

RODRIGUES, Maria do Socorro Lima. *Educação Especial em Pernambuco, com especial referência à Apae- Tamarineira*, 2013. Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br>. Acesso em: 05 de agosto de 2016, p.16.

APÊNDICE

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1.0 DADOS PROFISSIONAIS:

1.1 Identificação:

1.2 Grau de Escolaridade:

1.3 Tempo que leciona:

1.4 Qual deficiência do seu aluno:

1.5 Série que leciona/lecionou o aluno com deficiência:

2.0 ENTREVISTA

2.1 O que você entende sobre Educação Inclusiva?

2.2 Você sente/sentiu dificuldades de trabalhar com crianças deficientes em sala de aula? Justifique .

2.3 Você já participou de algum curso de formação de educadores voltado para educação inclusiva?

2.4 Quais recomendações você daria para melhorar o trabalho de alunos com deficiência?

Obrigado pela colaboração!